

PROCESSO TCE Nº 124.261

ENTIDADE: SEAP – Secretaria de Estado de Agropecuária do Acre

NATUREZA: Prestação de Contas.

OBJETO: Prestação de Contas Anual da Secretaria de Estado de Agropecuária do Acre, exercício de 2016

RESPONSÁVEL: José Carlos Reis da Silva (Secretário).

PROCURADOR: -

RELATORA: Cons.^a Naluh Maria Lima Gouveia

ACÓRDÃO Nº 10.914/2018/PLENÁRIO

EMENTA: Prestação de Contas da SEAP. Irregular. Notificação. Dar ciência. Recomendação. Arquivamento.

1. **Vistos, relatados e discutidos** os autos do processo acima identificado, **ACORDAM** os Membros do Tribunal de Contas do Estado do Acre, **por unanimidade**, nos termos do voto da Conselheira-Relatora, com fulcro no Art. 51, inciso III, “b”, da LCE/TCE/AC nº 38/1993, considerando **Irregular** a Prestação de Contas da Secretaria de Estado de Agropecuária - SEAP, referente ao exercício orçamentário e financeiro de 2016, de responsabilidade do Senhor **José Carlos Reis da Silva** (Secretário), pelos seguintes apurados: **a)** Pagamento de despesa no montante de **R\$ 51.764,32**, sem a devida cobertura contratual descumprindo o disposto no Decreto Estadual nº 5.967/2010; **b)** Publicação dos extratos de contrato fora do prazo estabelecido na Lei de Licitações nº 8.666/1993, artigo 61, parágrafo único; **c)** Alteração do valor inicialmente contratado, fora da vigência do Contrato e sem celebração de Termo Aditivo (valor foi alterado¹ de **R\$ 50.000,00** para R\$ 51.764,32) (fl. 125); **d)** Ausência de designação de fiscal do Contrato em desacordo ao Decreto Estadual nº 5.967/2010 e ao artigo 67 da Lei de Licitação nº 8.666/1993; **e)** Não há diário de bordo para os veículos, nem descrição das atividades, dificultando o controle real do consumo de combustível (fl. 401); **f)** As requisições de fornecimento de combustível não estão numeradas e nem trazem a especificação do

¹ Alterado 22 meses após a sua assinatura.

veículo (fl. 401); **g)** Divergência na quantidade de fornecimento de diesel, entre o descrito na Nota Fiscal nº 8176 e as requisições (401); **h)** Ausência do Inventário de Bens Imóveis (406); **i)** Prestação de Contas do Suprimento de Fundos² fora do prazo determinado pelo Decreto Estadual nº 6.853/2002 (fl. 406); **j)** Pela **notificação** do atual Secretário da SEAP, para tomar conhecimento desta decisão e do apurado pela 1ª IGCE/DAFO, a fim de que promova as correções cabíveis, caso ainda persistam, para as próximas edições da matéria e de tudo dando ciência a este Tribunal de Contas, sob pena de ser responsabilizado nos termos da legislação em vigor; **l)** Pela aplicação de multa ao Senhor **José Carlos Reis da Silva**, Secretário da SEAP, nos termos do artigo 89, II, da Lei Complementar Estadual nº 38/1993, no valor de **R\$ 3.570,00**, assinalando o prazo de 30 (trinta) dias para o recolhimento ao Tesouro Estadual. Na hipótese de descumprimento deverá ser precedida sua cobrança pela via judicial, nos termos dos artigos 23, inciso III e 63, inciso II, do mesmo diploma legal; **m)** Recomendar, a implantação do sistema de controle de consumo de combustíveis e derivados utilizando mecanismos adequados tais como Diário de Bordo, Requisição de Abastecimento, Autorização para Viagem, Relatórios de Atividades para otimizar o uso da frota e evitar desperdício que venha a acarretar prejuízo ao erário; **n)** Dar ciência desta decisão ao Senhor **José Carlos Reis da Silva**, Secretário da SEAP; **o)** Dar ciência ao Governador e ao Presidente da Assembleia Legislativa do Estado do Acre do teor desta decisão; **p)** **Decisão:** O Colegiado decidiu, por unanimidade, nos termos do voto da Conselheira-Relatora; **q)** Após as formalidades de estilo, pelo **arquivamento** dos autos.

Rio Branco-Acre, 20 de setembro de 2018

Conselheiro Ronald Polanco Ribeiro
Presidente do TCE/AC, **interino**

² As letras “h” e “i” considerados pela DAFO/1ª IGCE como ressalva.

Conselheira **Naluh Maria Lima Gouveia**
Relatora

Conselheiro **José Augusto Araújo de Faria**

Conselheiro **Antonio Jorge Malheiro**

Conselheiro **Antonio Cristovão Correia de Messias**

Conselheira **Dulcinéia Benício de Araújo**

Conselheira Substituta **Maria de Jesus Carvalho de Souza**

Fui presente:

Mario Sérgio Neri de Oliveira
Procurador do MPE/TCE/AC

PROCESSO TCE Nº 124.261

ENTIDADE: SEAP – Secretaria de Estado de Agropecuária do Acre

NATUREZA: Prestação de Contas.

OBJETO: Prestação de Contas Anual da Secretaria de Estado de Agropecuária do Acre, exercício de 2016

RESPONSÁVEL: José Carlos Reis da Silva (Secretário).

PROCURADOR: -

RELATORA: Cons.^a Naluh Maria Lima Gouveia

RELATÓRIO

1. Cuidam os autos da Prestação de Contas Anual da Secretaria de Estado de Agropecuária do Acre-SEAP, exercício de 2016, de responsabilidade do Senhor **José Carlos Reis da Silva** (Secretário). A Contabilidade tinha como responsável o Senhor **José Oliveira de Carvalho**, inscrito no CRC/AC nº AC-000020/0-1, o qual consta o nome no protocolo eletrônico de remessa. A documentação referente a Prestação de Contas foi encaminhada a este Tribunal de Contas, por meio do OF/Nº 146/2017/GAB/SEAP e consta no Sistema Informatizado de Prestação e Análise de Contas-SIPAC, em cumprimento à Resolução TCE/AC nº 087/2013. A referida Prestação de Contas deu entrada nesta Corte em **28/04/2017**, conforme conferido no protocolo (fl. 01 do SIPAC), sendo assim, de forma **tempestiva**. Foi verificado, pela área técnica, o quesito **integralidade** das peças obrigatórias, o qual foi constatado o envio de todas.

2. A análise técnica procedida pela DAFO/1ª IGCE, contida no Relatório de Análise Técnica (fls. 117/141), apurou preliminarmente, os seguintes resultados:

- a. **O Rol dos Responsáveis** (fl. 117), a SEAP apresentou o demonstrativo com a relação dos gestores, contendo cargo ou função, período de gestão, CPF, endereço residencial, ato de nomeação e ato de exoneração, nesse sentido, atendeu às exigências da Resolução TCE/AC nº 087/2013.
- b. **O Orçamento Anual para 2016**, aprovado pela Lei Orçamentária nº 3.098, de 29 de dezembro de 2015, estimou a receita e fixou a despesa em **R\$ 18.512.001,00**. Às alterações, por anulação, elevou o valor inicial para **R\$ 18.860.745,90**, com uma variação de **1,88%**. O repasse pelo tesouro estadual foi da ordem de **R\$ 3.952.570,19**, com uma despesa de **R\$ 4.063.409,64**, gerando um **déficit** orçamentário de **R\$ 110.889,01** (fl.119).
- c. **Em relação ao Balanço Financeiro**, foi apurado pela área técnica um saldo não conciliado de **R\$ 111.024,19** (fl. 120). Por ocasião da defesa e levantamento feito pela área técnica, por meio do SAFIRA e extratos bancários da conta única do Governo do Estado verificou-se que o saldo que se transfere para o exercício seguinte, **está correto**.
- d. **No Balanço Patrimonial** foi constatado pela área técnica a ausência do Inventário de Bens Móveis da SEAP, a qual impossibilitou a confirmação do saldo de **R\$ 9.134.263,68** apresentado na conta Bens Imóveis. A defesa (fl. 398) argumenta que se refere ao patrimônio distribuído em vários municípios do Estado (**Brasiléia, Capixaba, Senador Guimard, Acrelândia e Rio Branco**), necessitando de um prazo pra organizar o patrimônio já que a Portaria STN nº 548, de 24 de setembro de 2015, estabelece o prazo até **31/12/2018**, para os Estados da Federação organizar o seu patrimônio, nesse sentido a área técnica considerou como **ressalva**, já que está dentro do marco temporal.
- e. **No Demonstrativo das Licitações e Contratos** (fls. 123/128), com a finalidade de atender às exigências contidas na Resolução TCE/AC nº

087/2013, foi realizada visita “in loco” à SEAP conforme Ofício TCE/AC/DAFO/1ª IGCE/Nº 110/2018, para analisar por amostragem os processos relacionados na tabela 03-Licitações e Contratos (fl. 123/124). Segundo a área técnica, durante a análise, foi verificado que a SEAP atendeu os critérios estabelecidos nos Decretos nº 5.967/2010 e Decreto nº 10.520/2002 e Lei Federal nº 8.666/1993. **Exceto**, quando analisado o Contrato nº 03A/2016 firmado com o Auto Posto Ale V Ltda³, a área técnica detectou várias ocorrências que considerou como irregularidades (fls. 125/129).

f. **Suprimentos de Fundos** (fl. 404) a SEAP apresentou às prestações de contas, no entanto, fora do prazo regulamentado no Decreto 6.853/2002, considerado pela área técnica como **ressalva**.

g. **Diárias Recebidas** (fl.402/404), em um primeiro momento o gestor apresentou às informações de concessão de diárias incompletas. No entanto, por ocasião da defesa atendeu as exigências contidas na Resolução TCE/AC n] 087/2013, **superando desta forma a irregularidade cometida**.

h. **Parecer do Controle Interno** (fl.405), segundo a área técnica está em consonância com o que determina a Resolução TCE/AC nº 087/2013.

3. Regularmente citado (fl. 147) o Senhor **José Carlos Reis da Silva** (Secretário), aproveitou a oportunidade (fl. 370) e apresentou defesa juntada ao processo (fls. 156/368), para análise da 1ª IGCE/DAFO.

4. Instada a se manifestar sobre a defesa juntada aos autos, a 1ª IGCE, emitiu o Relatório Conclusivo de Análise Técnica de fls. 396/407, concluindo que as justificativas e os documentos apresentados superaram todas às irregularidades permanecendo ao que se refere ao **subitem: 3.1** (fl. 406).

³ Adesão a Ata de Registro de Preço nº 01/2014-CPL 1

Processo nº 124.261

Acórdão nº 10.914/2018/PLENÁRIO

Página 6 de 11

5. O Ministério Público de Contas, junto a este Tribunal, manifestou-se em pronunciamento da lavra do Excelentíssimo Senhor Procurador **João Izidro de Melo Neto** (fls.411/413), dos autos.
6. Na forma regimental, os autos foram redistribuídos, 12 de maio de 2017 (fl.2)

É o relatório.

Rio Branco – Acre, 17 de setembro de 2018.

Cons.^a Naluh Maria Lima Gouveia

Relatora

PROCESSO TCE N°124.261

ENTIDADE: SEAP – Secretaria de Estado de Agropecuária do Acre

NATUREZA: Prestação de Contas.

OBJETO: Prestação de Contas Anual da Secretaria de Estado de Agropecuária do Acre, exercício de 2016

RESPONSÁVEL: José Carlos Reis da Silva (Secretário).

PROCURADOR: -

RELATORA: Cons.^a Naluh Maria Lima Gouveia

VOTO

A EXMA. SENHORA CONSELHEIRA NALUH MARIA LIMA GOUVEIA (Relatora):

A Prestação de Contas Anual da Secretaria de Estado de Agropecuária do Acre-SEAP, referente ao exercício de 2016, ingressou neste Tribunal dentro do prazo regulamentar que rege a matéria, conforme Resolução TCE-AC nº 087/2013.

Com base no que foi apurado pela 1ª IGCE/DAFO, após a fase do contraditório, restaram ainda, no âmbito do Contrato nº 3A/2016, celebrado entre a SEAP e a empresa Auto Posto Ale V Ltda, para fornecimento de combustível as seguintes falhas e irregularidades:

- a)** Pagamento de despesa no montante de **R\$ 51.764,32**, sem a devida cobertura contratual descumprindo o disposto no Decreto Estadual nº 5.967/2010;
- b)** Publicação dos extratos de contrato fora do prazo estabelecido na Lei de Licitações nº 8.666/1993, artigo 61, parágrafo único;
- c)** Alteração do valor inicialmente contratado, fora da vigência do Contrato e sem celebração de Termo Aditivo (valor foi alterado⁴ de R\$ 50.000,00 para R\$ 51.764,32) (fl. 125);

⁴ Alterado 22 meses após a sua assinatura.

- d) Ausência de designação de fiscal do Contrato em desacordo ao Decreto Estadual nº 5.967/2010 e ao artigo 67 da Lei de Licitação nº 8.666/1993;
- e) Não há diário de bordo para os veículos, nem descrição das atividades, dificultando o controle real do consumo de combustível (fl. 401);
- f) As requisições de fornecimento de combustível não estão numeradas e nem trazem a especificação do veículo (fl. 401);
- g) Divergência na quantidade de fornecimento de diesel, entre o descrito na Nota Fiscal nº 8176 e as requisições (401);
- h) Ausência do Inventário de Bens Imóveis (406);
- i) Prestação de Contas do Suprimento de Fundos⁵ fora do prazo determinado pelo Decreto Estadual nº 6.853/2002 (fl. 406).

Em face do exposto, **voto**:

2. Pela **emissão de Acórdão**, com fundamento no inciso III, “b” do artigo 51, da Lei Complementar Estadual nº 38/1993, considerando **IRREGULAR** a Prestação de Contas Anual da Secretaria de Estado de Agropecuária do Acre-SEAP, exercício financeiro e orçamentário de 2016, de responsabilidade do Senhor **José Carlos Reis da Silva** (Secretário).

3. Pela **notificação** do atual Secretário da SEAP, para tomar conhecimento desta decisão e do apurado pela 1ª IGCE/DAFO, a fim de que promova as correções cabíveis, caso ainda persistam, para as próximas edições da matéria e de tudo dando ciência a este Tribunal de Contas, sob pena de ser responsabilizado nos termos da legislação em vigor.

⁵ As letras “h” e “i” considerados pela DAFO/1ª IGCE como ressalva.

4. Pela aplicação de multa ao Senhor **José Carlos Reis da Silva**, Secretário da SEAP, nos termos do artigo 89, II, da Lei Complementar Estadual nº 38/1993, no valor de **R\$ 3.570,00**, assinalando o prazo de 30 (trinta) dias para o recolhimento ao Tesouro Estadual. Na hipótese de descumprimento deverá ser precedida sua cobrança pela via judicial, nos termos dos artigos 23, inciso III e 63, inciso II, do mesmo diploma legal.
5. Recomendar, a implantação do sistema de controle de consumo de combustíveis e derivados utilizando mecanismos adequados tais como Diário de Bordo, Requisição de Abastecimento, Autorização para Viagem, Relatórios de Atividades para otimizar o uso da frota e evitar desperdício que venha a acarretar prejuízo ao erário.
6. Dar ciência desta decisão ao Senhor **José Carlos Reis da Silva**, Secretário da SEAP;
7. Dar ciência ao Governador e ao Presidente da Assembleia Legislativa do Estado do Acre do teor desta decisão.
8. Após as formalidades de estilo, pelo **arquivamento** dos autos.

É como voto.

Rio Branco – Acre, 20 de setembro de 2018.

Cons.^a Naluh Maria Lima Gouveia

Relatora

PROCESSO TCE Nº124.261

ENTIDADE: SEAP – Secretaria de Estado de Agropecuária do Acre
NATUREZA: Prestação de Contas.
OBJETO: Prestação de Contas Anual da Secretaria de Estado de Agropecuária do Acre, exercício de 2016
RESPONSÁVEL: José Carlos Reis da Silva (Secretário).
PROCURADOR: -
RELATORA: Cons.^a Naluh Maria Lima Gouveia

CERTIDÃO DE JULGAMENTO

“**CERTIFICO** que o presente processo foi apreciado por esta Corte de Contas na 1.338ª Sessão Plenária Ordinária realizada no dia 20 de setembro do corrente ano, presidida, pelo Conselheiro **Ronald Polanco Ribeiro**. Participaram do julgamento os Conselheiros **José Augusto Araújo de Faria, Antonio Jorge Malheiro, Antonio Cristovão Correia de Messias**, as Conselheiras **Dulcinéa Benício de Araújo, Naluh Maria Lima Gouveia** e a Conselheira Substituta **Maria de Jesus Carvalho de Souza**, e como Representante do Ministério Público de Contas, o Dr. **Mario Sérgio Neri de Oliveira**. Ausente, justificadamente, o Conselheiro **Valmir Gomes Ribeiro**. **Decisão:** O Colegiado decidiu, **por unanimidade**, nos termos do voto da Conselheira-Relatora, **Naluh Maria Lima Gouveia**” (fl. 422).

Rio Branco-Acre, 01 de outubro de 2018.

Conselheira **Naluh Maria Lima Gouveia**
Relatora